



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1605/08	DATA: 25/11/2008
INÍCIO: 14h34min	TÉRMINO: 16h48min	DURAÇÃO: 02h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h13min	PÁGINAS: 49	QUARTOS: 27

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
--

NERY KLUWE – Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência – ASBIN.
--

SUMÁRIO: Tomada de depoimento e apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 73ª reunião, partes pública e reservada.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Peço dispensa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Gustavo Fruet solicita a dispensa.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimentos do Sr. Nery Kluwe, Presidente da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência — ASBIN, e para deliberação de requerimentos.

Convido, já que aqui se encontra, o Sr. Nery Kluwe para ficar à mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

O Relator disporá do tempo que for necessário para suas interpelações.

O autor do requerimento terá o prazo de 15 minutos para fazer suas interpelações, computado nesse período o prazo para respostas do depoente.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computados nesse tempo o prazo para respostas do depoente.



Para atender as formalidades legais, foi firmado pelo depoente Termo de Compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: Que sob a palavra de honra e a promessa de dizer a verdade, responderá a tudo o que souber e lhe for perguntado.

Com a palavra o Sr. Nery Kluwe, a quem agradeço pela presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Espero que V.Sa. possa em muito contribuir para os nossos trabalhos, tendo em vista a vasta experiência que V.Sa. detém no campo da atividade da Agência Brasileira de Inteligência.

Então, com a palavra V.Sa. para suas palavras iniciais.

O SR. NERY KLUWE - Obrigado, Deputado. Exmo. Sr. Presidente da CPI das Escutas Telefônicas, Deputado Marcelo Itagiba; homenagens ao Deputado Relator, Nelson Pellegrino, que não se encontra; Sras. e Srs. Parlamentares; demais presentes, especialmente o Deputado Gustavo Fruet, autor da minha convocação, agradeço antecipadamente a oportunidade de vir aqui colaborar, prestar meu papel de cidadania. Convocado para comparecer e prestar depoimento sobre fatos relacionados ao objeto da investigação desta CPI, em especial sobre a minha participação em interceptações telefônicas, conforme matéria noticiada no jornal *O Globo*, de 15 de novembro de 2008, aqui me apresento para cumprir esse dever. Fazem-se necessários, preliminarmente, os seguintes esclarecimentos aos integrantes desta Comissão: à frente da representação de classe dos servidores da ABIN, procuramos pautar o encaminhamento de nossas lutas em proveito do resgate da dignidade profissional dos servidores da ABIN, dentro das legítimas reivindicações da categoria, não obstante isso ensejasse reações e discriminações por parte de alguns setores da instituição, cuja cultura inadmite qualquer articulação reivindicatória própria do regime democrático republicano. Na defesa intransigente do direito profissional à estruturação dos cargos em carreira e de remuneração digna, além do enfrentamento obstinado e desassombrado em prol do respeito aos direitos e garantias constitucionais fundamentais, é evidente que contrariamos vários interesses, mas sempre procuramos pautar nossas ações pelo sentimento de fidelidade e lealdade à instituição e ao Estado. Os desafios ainda são muitos. Há muitas conquistas a realizar, de modo que nós nunca tivemos tempo de sequer cogitar pela defenestração de qualquer autoridade dirigente da ABIN, como querem



fazer crer certos setores da imprensa. Apoiamos incondicionalmente a vinda do Dr. Lacerda para a ABIN, contrariando inclusive, é bom que se diga, interesses outros, internos. Sentimos orgulho de poder contar com a sua experiência adquirida à frente da Polícia Federal e o natural estreitamento das relações entre os nossos órgãos, antevendo-se daí a construção de idêntica credibilidade e respeito. O estilo discreto, o sacerdócio no desempenho da função pública e a capacidade do Dr. Lacerda nos cativaram. Todavia, o descontrole e o desvio de finalidade do emprego da agência de inteligência de Estado em apoio a uma operação de cunho estritamente policial e o desgaste daí advindo, tanto para o órgão quanto para seus agentes, presentemente suspeitos e acusados de desvio de conduta, e expostos, vulnerabilizando sua segurança pessoal e de seus familiares, erigiu-se em fator de discussão, preocupação e posicionamento da categoria. Rompeu-se a cadeia de comando. Os próprios dirigentes do *staff* do Diretor-Geral não assumiram suas respectivas responsabilidades nesse episódio, que poderia já ter sido superado, se S.Sas. tivessem ofertado os devidos e precisos esclarecimentos à Nação e a esta Comissão, sobre a amplitude da participação informal da ABIN nessa ação oficial da Polícia Federal. Concluo afirmando que repilo e rechaço a maldosa, maledicente e vil acusação de que estive envolvido nesse episódio. Acima de tudo, porque a ABIN a que servimos, amamos e idealizamos não opera em desfavor das autoridades constituídas e muito menos contra o Governo. E acredito que tanto a ABIN quanto a Polícia Federal sairão fortalecidas desse infeliz episódio, cujo escopo é o de desacreditar e macular o exercício de atividades estatais essenciais. Muito obrigado. Coloco-me à inteira disposição de V.Exas. para os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado pelas palavras iniciais de V.Sa. E, para que possamos entender melhor, V.Sa. poderia explicar a sua trajetória dentro da Agência Brasileira de Inteligência, para que os Deputados aqui presentes possam saber qual é a sua origem, quais são os trabalhos que o senhor desenvolveu e há quanto tempo o senhor está na Casa?

O SR. NERY KLUWE - Pois não, Deputado. Eu ingressei nos quadros do órgão antecessor, o Serviço Nacional de Informações, em 16 de setembro de 1980, mediante um rigoroso processo, na época levado a efeito, de seleção e recrutamento dos profissionais que iam para o Serviço de Informações, para



receberem o devido adestramento e então atuarem em proveito dos interesses nacionais. Após isso — eu fiz esse ingresso em 80 —, eu fiz vários estágios, cursos: Curso de Altos Estudos de Informações, em 88; Curso de Operações de Informações. Estive a minha vida toda sempre lotado no Departamento de Operações de Informações, hoje Inteligência. Fiquei 4 anos à disposição do Ministério da Justiça, a convite, na época, do Ministro Jarbas Gonçalves Passarinho, para trabalhar no Departamento de Assuntos de Segurança Pública, hoje SENASP, sucedendo o Dr. Galdino. O General Wladir Cavalcante de Souza Lima era o chefe da nossa equipe. Voltei para a Agência em 94. Tive a honra de participar da criação do núcleo jurídico da futura ABIN. A ABIN foi criada em 99 e, nesse ínterim, até os dias de hoje, trabalhei na área de Inteligência Externa, Ciência e Tecnologia e hoje sou oficial de inteligência lotado no Departamento de Contra-Terrorismo da Agência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor, com essa experiência vasta que tem na atividade de inteligência, observou uma sucessão de nomes que foram dados ao antigo Serviço Nacional de Informações. Sucederam-se os nomes e mudaram-se as missões ou sucederam-se os nomes e as missões foram mantidas?

O SR. NERY KLUWE - A missão, Deputado Itagiba — V.Exa. atuou na área de inteligência, inteligência policial —, a missão, em síntese, continua a mesma: é prover a autoridade decisória nacional, no seu mais alto nível, das informações necessárias ao processo decisório nacional. A missão precípua da inteligência é essa, é construir cenários, estudar cenários e precaver as autoridades governamentais de cenários adversos. E também imbricado nesse aspecto nós temos atividade de contra-inteligência, que é justamente a proteção do conhecimento e a proteção das próprias autoridades constituídas e dos interesses do Brasil frente a outros interesses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta para quem não convive com a atividade no dia-a-dia e com a estrutura: sucederam-se nomes, embora as missões tenham sido mantidas, e acredito eu que, de uma maneira geral, a doutrina e, vamos dizer assim, o sentido hierárquico e administrativo foi mantido dentro da instituição. É correto isso?



O SR. NERY KLUWE - Sim. Esse é um aspecto do debate do futuro do órgão de inteligência, que será construído pelos próprios funcionários. Agora mesmo tivemos um concurso altamente competitivo. Estamos recebendo 160 novos oficiais. É lógico que essa visão de inteligência da ABIN é permeada por conceitos anacrônicos do *ancient regime*, mas eu digo, com toda a sinceridade, que predomina a grande diretriz hierárquica e a grande inspiração do serviço de inteligência, que está justamente na Constituição, arts. 1 a 4, Princípios Fundamentais da República Federativa: manutenção da soberania, inclusão social, solução pacífica de conflitos. Então, ao se falar de inteligência, Deputado Itagiba, geralmente vem logo a imagem dos grande e poderosos serviços internacionais: a nossa agencia americana, a inteligência americana, a KGB, mas eu diria que a ABIN se mantém na sua principiologia filosófica, que é produzir conhecimentos de assessoramento do mais alto nível decisório do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas quando eu faço essa pergunta é para que a gente possa talvez procurar entender melhor. Nós sabemos que existia uma verticalização muito forte e um poder quase que absoluto dos dirigentes da instituição, em função de que, no passado, as pessoas exerciam cargo celetista, o que não ocorre mais hoje na instituição. Mas não obstante isso não acontecer mais na instituição, porque hoje são todos cargos de provimento efetivo, a minha pergunta é a seguinte: faz-se alguma coisa na estrutura, na informalidade, ou tudo, dentro da estrutura, é feito dentro de um formalismo?

O SR. NERY KLUWE - Perfeito. Obrigado pelo esclarecimento para minha orientação. Esse é um princípio fundamental no serviço de inteligência. Inexiste informalidade. A informalidade no serviço de inteligência implica desvio de finalidade, desvio de conduta. Não se tira uma agulha, uma viatura de dentro da área física do órgão de inteligência sem que haja, precedentemente, uma planificação: ou um plano de operações, ou um plano de inteligência, ou um pedido de busca, ou uma ordem de busca. E esse aspecto é importante que o senhor tenha chamado ao esclarecimento para que a sociedade realmente tenha essa visão de que o órgão de inteligência é um órgão absolutamente disciplinado, regrado. Nós temos uma estrutura vertical hierárquica muito forte e temos uma estrutura horizontal, onde existe esse chamado princípio da compartimentação. Significa



que... Não é que se façam ações escusas ou clandestinas. É porque eu tenho de saber o que eu tenho necessidade de saber. O que o meu colega está desenvolvendo, planejando ou criando intelectualmente, se eu não tenho necessidade de saber, se eu não preciso saber daquilo, eu não tenho de ter acesso àquilo. Então, é comum dentro de um órgão de inteligência o senhor se dirigir a um colega de mesa, e ele estar trabalhando com uma documentação na mesa e fechar aquele documento com a pasta, em respeito ao próprio interlocutor. Agora, nada se faz dentro de um órgão de inteligência sob o manto do informalismo ou do oficiosismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Seria uma falta funcional atuar de forma informal com outros órgãos, sem o conhecimento da hierarquia da instituição?

O SR. NERY KLUWE - Reputamos isso, Deputado, nas nossas conversas, divagações e debates como um desrespeito à própria lei. A lei da ABIN, a Lei 9.883, é clara, quando ela impõe que os contatos e as articulações se dêem oficialmente pelas autoridades superiores. E o nosso decreto de regência, o Decreto 6.408, de 24 de março de 2008, também é muito claro e preciso sobre esse particular aspecto. Existe um controle, existe uma rígida hierarquia, e isso é da essência do serviço de inteligência, senão ele sai da linha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quando o serviço da Agência Brasileira de Inteligência atua integrado com outros órgãos da Administração Pública, em missões especiais, isso tem que ser levado ao conhecimento do mais alto escalão da instituição?

O SR. NERY KLUWE - Tem e é uma imposição legal. Não há contatos e articulações informais. O próprio agente, para desenvolver um contato interpessoal, ele tem de estar autorizado. E ele, ao retornar, relata o seu contato. Então há sempre um processo contínuo de autorização e avaliação. Não há essa informalidade no nível do órgão de inteligência estratégica de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E essa informação chega até ao Diretor-Geral da Agência ou perpassa a ele e chega até o Gabinete de Segurança Institucional?



O SR. NERY KLUWE - O Diretor-Geral da Agência, como é a autoridade superior, sobre os ombros dele está a responsabilidade do que acontece e do que deixa de acontecer dentro do órgão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor tomou conhecimento de uma operação denominada Satiagraha.

O SR. NERY KLUWE - Tomei, pela imprensa, e depois em razão dos debates que nós vivemos internamente dentro da Agência por essa operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa operação, dentro da Agência, tem... Por exemplo, na Polícia Federal, no passado, a toda missão precedia uma ordem de missão, um planejamento e um relatório posterior do que foi realizado. A ABIN tem algo semelhante?

O SR. NERY KLUWE - Sobre esse particular aspecto, imagino, os colegas debatem e discutem que o resultado desses trabalhos de campo da ABIN devem ter sido consubstanciados em relatórios de inteligência, em relatórios de inteligência, e deve haver os competentes registros dessa participação: emissão de passagens, diárias, deslocamentos, aluguéis de viaturas. Sem dúvida nenhuma que... crê-se que os registros existem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma operação como essa que faz com que sejam despendidos recursos por parte da Agência Brasileira Inteligência precede uma ordem de missão, a um comandamento escrito, a um planejamento operacional, para que isso gere dentro da estrutura o pagamento de diárias, a locação de veículos, de instrumentos de comunicação, a utilização de equipamentos de dentro da própria Agência, haja vista que existe um setor específico que é depositário dos equipamentos, muitas vezes utilizados de forma comum pelos demais setores da inteligência? V.Sa. poderia explicar um pouco isso para nós?

O SR. NERY KLUWE - Sem dúvida que precedentemente a isso há toda uma planificação e toda uma documentação autorizativa das despesas, dos deslocamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso se dá de forma verbal ou de forma escrita?

O SR. NERY KLUWE - Não, isso se dá de forma escrita, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, nesse caso específico dessa operação chamada Satiagraha, para, vamos dizer, a disponibilização dos recursos que foram colocados, há que haver uma ordem escrita e há que haver uma série de registros relativos a ela.

O SR. NERY KLUWE - Sem dúvida, principalmente em razão do volume que se comenta — que é voz corrente na organização, que essa operação demandou entre passagens, diárias e aluguel de veículos —, da ordem de 800 mil reais. Essa é uma despesa de recurso público que não pode se dar de modo informal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, V.Sa. está dizendo que ouviu dizer que as despesas atingiram um valor aproximado de 800 mil reais nessa operação.

O SR. NERY KLUWE - Esse comentário, essa voz corrente na organização, é permanente, porque a organização vive essa crise da seguinte discussão: os agentes, hoje, já expostos, lamentavelmente, à opinião pública, reveladas as suas identidades, eles mesmos se indagam sobre o seguinte aspecto: parece que querem fazer crer que eles agiram na ilegalidade. Então, há uma corrente na Agência que entende que o agente, ao participar de uma operação que não é da finalidade da nossa instituição, cumprindo ordem, ele está agindo dentro da legalidade. Outra corrente entende que não. Nós não temos poder de polícia, nós não precisamos inculpar condutas, incriminar pessoas, produzir provas. Esse debate é muito importante e muito rico hoje na organização. De modo que essa questão do emprego do pessoal e do material tem que ser efetivamente precedida do atendimento às regras da própria instituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. sabe dizer, nessa operação específica de que hoje se fala, quais foram os meios e modos empregados e se isso, no seu entender — não a ação do agente em si, mas a ação da instituição, com o comandamento dos seus comandantes —, observou o princípio da legalidade? Ou entende que houve desvio de função, não por parte do agente que executou uma missão por comando e achou que estava trabalhando no melhor sentido, mas por um desvio de comandamento?

O SR. NERY KLUWE - Sim. Vemos com tristeza e lamentamos a falta de postura dos nossos dirigentes, do *staff* do nosso Diretor-Geral, que não teve o



tirocínio de alertá-lo para a irregularidade da hipótese. Em suma, quando se mistura ação de inteligência, trabalho de inteligência, com ação policial, não se tem um episódio na história que isso tenha sido construtivo, que tenha dado bom resultado. Então, aí vive-se o limiar, numa hipótese dessa envergadura, do totalitarismo, do Estado autoritário, ou seja, prende-se, fazem-se diligências. Inclusive há um comentário no interior da Agência de que, a continuar assim, qualquer dia vão encostar as viaturas da Polícia Federal, vão entrar equipes de agentes e vão sair para cumprir seja lá que tipo de missão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu vou passar a palavra ao co-autor do requerimento, que na verdade ficou como autor do requerimento, o Deputado Gustavo Fruet. Depois farei os demais questionamentos, não sem antes passar a palavra aos demais inscritos.

Com a palavra o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Boa tarde, Sr. Presidente, Dr. Nery, advogado. Sejam bem-vindos.

Serei objetivo em 3 linhas, algumas de ordem conjuntural e algumas de ordem estrutural.

Antes, para constar — e, por favor, não receba como ofensa —, só para registrar, toda vez que há um debate desse há uma tentativa também de desqualificação. Então, para que conste, acho que é até uma oportunidade para que o senhor apresente o que está ocorrendo.

Nessa linha, a primeira pergunta é sobre 4 temas que são denúncias contra V.Sa.: as sindicâncias por abandono de emprego; advocacia ilegal; sobre as contas da ASBIN; e com relação a uma ação de despejo do imóvel da Associação. Eu queria que o senhor, inicialmente, esclarecesse esses 4 pontos.

O SR. NERY KLUWE - Deputado Gustavo Fruet, agradeço a indagação que me permite trazer à tona a explicação. O poder disciplinar que se instaurou sobre a minha pessoa, coincidentemente, foi desencadeado no dia 12 de novembro próximo passado. No dia 12 de novembro, eu recebi uma intimação no restaurante. Inclusive reclamei da inconveniência dessa providência no restaurante, uma verdadeira humilhação, mormente porque nós estávamos num processo pré-eleitoral na nossa entidade representativa. Não fosse o bastante, à tarde eu fui à sede da Associação,



que fica dentro da nossa área física, e então fui interceptado por um veículo oficial, com os 3 membros da Comissão, exceto o Presidente, e aí recebi outra notificação. A primeira diz respeito ao processo de abandono de emprego, e a segunda diz respeito a um processo onde eu sou acusado de exercer advocacia ilícita, administrativa e tal. O abandono de emprego se deve em razão de que, quando houve a reestruturação da ABIN, eu estava lotado num determinado departamento e, como eu havia ofertado uma representação contra o dirigente desse departamento, Dr. Luís Alberto, em razão de irregularidades nos Jogos Pan-Americanos que chegaram ao conhecimento da nossa entidade, eu disse ao subchefe dele que eu não iria ficar naquela lotação e que ele providenciasse com S.Sa. minha relocação. E cumpri os meus expedientes normais dentro da nossa sede da Associação. Compareci todos os dias ao expediente normalmente, e me foram lançadas faltas. E essas faltas, inopinadamente, foram transformadas em descontos vencimentais sem o direito ao devido processo legal constitucional e ao contraditório. Então, esse é um aspecto que já requeremos várias vezes que se oportunizasse uma audiência pública dos companheiros da nossa categoria aqui na Câmara, desde o tempo da Deputada Zulaiê, e essa audiência, aliás, acabava sendo inviabilizada. Então, não sou só eu que sofri desconto vencimental e não sou só eu que estou sendo acusado de abandono de cargo. É uma acusação que os advogados têm estudado. Essa hipótese ocorre quando deliberadamente o servidor dá inequívoco sinal de que não quer mais trabalhar no serviço público. E eu oficiei para o Diretor-Geral, depois de pedir, reiterar o pedido de que definisse minha lotação; oficiei para o Diretor-Geral em junho. Em julho foi definida minha lotação. Estou trabalhando normalmente, inclusive arrolei o meu atual diretor e outros colegas para irem depor para dizer se eu presto profissionalmente, se não presto, se estou produzindo ou não. O outro processo disciplinar, da advocacia, é um processo que vem de 2006. Eu já defendi ex-colega, colega em processo disciplinar em Ministério. O art. 30, inciso I, do Estatuto da Advocacia me impõe o impedimento de advogar contra a Fazenda que me paga, a Fazenda Pública. Isso eu nunca fiz. Ontem, inclusive, solicitei uma certidão ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional. Eu vejo isso como uma postura incompatível com o serviço público, uma postura vil, infame e que, inclusive, me permite argüir a prevaricação dessas autoridades. O



esclarecimento final é o seguinte: não há, assim, animosidade de dizer que nós somos contra a Corregedoria — eu queria falar sobre isso depois. Eu ofertei 2 representações criminais à Polícia Federal por abuso de autoridade, assédio moral, violação de sigilo, muito antes desses episódios, muito antes. E foram despachadas no sentido de que fosse instaurado o competente inquérito. Por que nós ofertamos isso? Porque vimos que alguns direitos e garantias fundamentais estavam sendo agredidos deliberadamente, e o direito de petição não era regularmente atendido. Contas da ASBIN. As contas da ASBIN são objeto de uma ação de prestação de contas que a Diretoria Executiva — eu, particularmente — deliberamos que deveríamos fazê-lo, porque houve discussão, houve debate sobre a regularidade e a exação dessas contas. Existe uma ação de prestação de contas e eu entrei... A associação entrou com ação, outro colega entrou com outra ação, exigindo contas. Nós entramos para dar as contas, para encerrar o debate. Existe uma auditoria, que foi concluída recentemente, que será apresentada na nossa assembléia-geral ordinária. Ação de despejo. Ação de despejo, na verdade, não foi uma ação de despejo. Nós entramos com ação de manutenção de posse diante do pedido de que nós restituíssemos o nosso espaço físico, ocupamos por meio de cessão, que é um prédio onde os serviços da empresa de conservação trocavam de roupa, etc., onde funcionava antigamente a sede do Banco do Brasil. Então, aquilo nos foi cedido, mediante entendimento, acordo com a administração. Em razão dos nossos enfrentamentos, dos nossos embates, sofremos um ultimato, vamos dizer assim, para entregarmos a sede. E nós, então, resolvemos que íamos fazer a manutenção de posse. Essa ação de manutenção de posse... Inclusive acho que foi determinada desistência disso, porque a nossa relação com a administração atual, com a administração atual da ABIN, ela não entrou nesse sentido. Aliás, pelo contrário. O diretor nomeou lá um diretor de administração, que era um sujeito legalista, da nossa mais alta simpatia e apreço. Lamentamos inclusive quando ele foi destituído, Delegado Alciomar Goersch. Lamentamos, porque ele vinha numa linha de correção, de acerto das coisas, com muito diálogo, com muita franqueza. De modo que esse quadro de dizer, de antagonismo e coisa não procede. A Corregedoria da ABIN foi uma deliberação da categoria de criar-se a Corregedoria de Inteligência. Corregedoria de Inteligência que compreendia, Deputado Fruet, os seguintes



aspectos: os métodos e os procedimentos de inteligência e a disciplina. Nós não somos contra a Corregedoria. Aliás, na época da administração, por exemplo, do Delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva, discutimos com ele e ele disse: *“Kluwe, se colocar corregedoria aqui vão imaginar que aqui está cheio de irregularidade”*. Eu digo: *“Não. É uma providência, inclusive para salvaguardar, proteger o dirigente, o administrador”*. Eu vou à Superintendência Regional do Amapá verificar como é que o superintende, como é que o colega está realizando o mister da Inteligência. Se houve desvio de conduta, então, a nossa concepção de corregedoria era essa aí. O que nós temos hoje é que nós somos francos e reagimos. Mas não houve crítica nossa. É porque se instalou dentro da Agência uma corregedoria, que tem toda a cultura e a tradição e a experiência de corregedoria de polícia. Certo? A corregedora, uma delegada de altíssimo nível, com a sua equipe, corregedor de disciplina, reabriram praticamente todos os processos que estavam arquivados. Abriram outros. Então, na medida em que a Corregedoria da ABIN tem esse viés de corregedoria de polícia é que nós manifestamos a nossa crítica.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Bom, ficam esses pontos. Vou pedir só objetividade, agora vou entrar nas questões conjunturais da operação e estruturais. É que o nosso tempo é mais restrito. Então, dentro dessa linha também que V.Sa. destacou, de recuperar, entender o papel institucional e preservar o papel institucional da ABIN. A primeira pergunta: A ABIN, pelo seu conhecimento, tem algum equipamento para escuta telefônica?

O SR. NERY KLUWE - Não, Deputado. Não dispõe, não tem. O que tinha foi entregue, mediante requerimento do Ministério Público Federal, imediatamente.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Em depoimento a esta CPI, o Dr. Paulo Lacerda afirmou que o Gilberto Carvalho, Chefe de Gabinete da Presidência da República, telefonou para o Secretário-Executivo do GSI, Gen. João Roberto de Oliveira, para saber sobre um agente do Governo que, no Rio de Janeiro, no início deste ano, acabou interpelado pela polícia por seguir Humberto Braz, braço direito de Daniel Dantas. Trata-se de episódio relativo aos contatos entre o ex-Deputado do PT Luiz Eduardo Greenhalgh e o Chefe de Gabinete da Presidência. A conduta do Dr. Gilberto Carvalho já está sob investigação do Ministério Público, em especial no que toca à influência que teria exercido sobre o Gabinete de Segurança Institucional.



Do conhecimento que o senhor tem, como Presidente da Associação dos Servidores da Agência, é comum a intervenção política, em especial dos membros do Governo Federal no trabalho da ABIN? Qual é o nível de ingerência do Palácio do Planalto nas investigações da ABIN? Esse contato é corriqueiro?

O SR. NERY KLUWE - Deputado, não é da minha competência, mas a cultura da organização nos aponta que não existe essa interveniência. Não existe qualquer ação do Executivo dentro da Agência. Aliás, até gostaríamos que tivesse mais.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E esse contato utilizado pelo ex-Deputado Greenhalgh para obter as informações, através do Gabinete da Presidência e com o GSI, é corriqueiro na ABIN?

O SR. NERY KLUWE - Não é corriqueiro. Desconhecemos esse tipo de articulação e desconhecemos esse nível desse contato.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - No seu depoimento na CPI, o Dr. Paulo Lacerda afirmou que nos termos da Lei 9.883, de 99, as atividades de inteligência a cargo da ABIN, na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, tem por finalidade principal fornecer subsídios ao Presidente da República em assuntos de interesse nacional.

No *Correio Braziliense* de hoje, o senhor disse que o Lacerda acompanhou detalhes da Operação Satiagraha, afirma que Márcio Seltz, agente da ABIN, que trabalhou na Operação Satiagraha da Polícia Federal, chegou a analisar *e-mails* sigilosos para repassá-los a Lacerda, e ainda que pelos menos outros 3 agentes podem ter informado Lacerda dos desdobramentos da operação. Se o Diretor-Geral da ABIN sabia de todos os desdobramentos da operação, se tinha conhecimento da utilização dos seus agentes em ação da Polícia Federal, se a ABIN fornece subsídios ao Presidente da República em assuntos de interesse nacional, é possível afirmar que, pelo menos, o Ministro de Segurança Institucional, Gen. Félix, sabia do que se desenrolava nos bastidores da operação? Essa percepção não é reforçada pela matéria, publicada também pela revista *Veja* desta semana, na qual se divulga que o Dr. Paulo Lacerda cooperou na operação porque tinha convicção de que essa era a vontade do Presidente? E eu reproduzo: em entrevista à revista, em 1º de outubro de 2008, o senhor afirma que os agentes da ABIN trabalharam com dados



sigilosos de interceptações e que lhes foi informado que essa era uma missão presidencial. Era necessário atender a uma ordem do Presidente da República. O senhor confirma que, segundo seus colegas, a Presidência era interessada nessa operação?

O SR. NERY KLUWE - É Deputado, o que ocorre na área da inteligência? Quando há abalo na cúpula e há uma estagnação, as conversas, os debates se propagam como fogo de monturo, como rastilho de pólvora. E todo esse debate veio à tona e tornou-se voz corrente na organização. E aí, o nível de participação, a legalidade e a ilegalidade disso! Agora, exatamente, eu não presenciei essa reunião. Eu reproduzi o que é voz corrente na organização.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - segundo outra reportagem, também da revista *Veja*, publicada nessa edição de 1º de outubro, os dados coletados por meio de grampos na operação viraram relatórios de inteligência, distribuídos a diferentes setores da ABIN. Aqui, hoje, V.Sa. também confirmou, em pergunta do Presidente, que provavelmente devem ter sido realizados ou produzidos esses relatórios. A quem são distribuídos esses relatórios? Cópias são enviadas à Presidência? Ao Gabinete de Segurança Institucional? Há um arquivo com esses relatórios e um controle de quem os acessa?

O SR. NERY KLUWE - Nós supomos que sim. Esses procedimentos são revestidos de sigilo. Agora, procedimento normal, ele finda na feitura do relatório de inteligência ou o relatório de operações e há toda uma escrituração a respeito disso. De modo que a informalidade é totalmente descabida.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas quem é responsável por isso na ABIN? Com quem nós poderíamos ter acesso a essa informação?

O SR. NERY KLUWE - O responsável pela área de inteligência é o Diretor Adjunto, Dr. José Milton Campana. Realmente ele, como coordenador intermediário entre a direção-geral e os meios que foram empregados, está apto a prestar esclarecimentos preciosos aqui.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Insistindo: o senhor acha que pelo menos o Gen. Félix tinha conhecimento dessa operação e desse relatório?

O SR. NERY KLUWE - Eu lhe digo, a minha convicção pessoal é que não. Não. Se o general tivesse, o Ministro tivesse, ele teria tido mais desembaraço e



pujança na defesa da instituição e dos agentes. Na primeira oportunidade que ele compareceu, pareceu-me que ele estava como marido traído.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Um outro tema que está sendo questionado e também o senhor é apontado como responsável, por isso a pergunta — e, por favor, não receba como ofensiva. Mas as interceptações das conversas envolvendo o Senador Demóstenes Torres e o Presidente do Supremo, Gilmar Mendes. O senhor foi acusado de ser o autor dessa interceptação.

Qual é o seu conhecimento sobre ela? Chegou ao senhor, na condição de Presidente da ASBIN, alguma informação da realização de tais escutas?

O SR. NERY KLUWE - Não. Essa indagação que atormenta a imprensa, atormenta a Comissão, atormenta a própria Polícia, e inclusive parece que não há o áudio, não é? Eu já procurei o jornalista Policarpo várias vezes, sempre com outros colegas, inclusive com colegas da Polícia Federal. Na linguagem policial, nós nos reportamos a ele dizendo assim: *“Que ele tinha que apertar o ganso dele, para o ganso abrir o bico”*. E ficamos nessa situação. O problema da reportagem de *O Globo*, do dia 15, ele surgiu de um infeliz episódio que houve no auditório da Agência, no dia 13. Houve uma reunião lá no auditório da Agência, convocada para as 8h10 da manhã, com a participação do Ministro. Essa reunião realizou-se de 9 às 9h55. Eu tinha ido ao Palácio do Planalto atender à convocação para depor na sindicância presidida pelo Gen. Oliveira. E nesse colóquio, o general, segundo os fragmentos que nós colhemos, as informações, as críticas dos colegas, o general disse que teria afirmado que, lamentavelmente, a responsabilidade pelo vazamento, que todo o problema da ABIN tinha começado com o vazamento. E que a responsabilidade do vazamento era de colegas nossos. Colegas nossos. Colega não significa efetivamente servidor ocupante de cargo do quadro efetivo de pessoal da ABIN. Mas o Ministro lançou isso. Preocupados com isso, nós solicitamos que nos fosse dada uma cópia desse registro. Todas as reuniões no auditório são registradas. Lamentavelmente, até hoje, passados 10 dias, nós não tivemos satisfação desse nosso pleito. Representamos também o Procurador-Geral da República, para que ele, então, requisitasse essa cópia. Em cima disso e mais algum floreio, alguma coisa, surgiu essa matéria realmente complicada. Conversei com o articulista na quinta-feira, antes de ele publicar a matéria, e disse a ele que



era uma acusação leviana, infundada, e que a quem acusa incumbe o ônus da prova. Ele homenageou aqui a matéria dizendo que eu disse que era impossível provar. Eu acho que é possível provar, sim. Mas esse vínculo é realmente uma ofensa a nossa pessoa, particularmente porque nós estávamos a uma semana antes da nossa eleição, a eleição do próximo triênio da associação. Essa eleição é disputadíssima, inclusive até hoje não saiu ainda, pelo que me consta, o resultado final. São 3 chapas. De modo que espero ter atendido a indagação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Na seqüência, o senhor conhece o Sr. Francisco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Fruet, uma dúvida que ficou. Quando V.Exa. perguntou ao depoente a respeito de equipamentos de escuta, eu fiquei sem entender. V.Exa. vai continuar nessa linha?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Porque é importante, Presidente, e até eu sugiro, e sob sigilo eu vi os dados da auditoria, e nós temos informações importantes, deveremos tratar sob confidencialidade. É fato. Até entendo que as informações que dizem respeito à segurança pessoal da Presidência da República, entendo que isso não deva ser de alguma maneira divulgado, mas as conclusões precisam ser confrontadas com os depoimentos. Por isso que eu estou fazendo questão hoje e amanhã, e já levantei a declaração do Gen. Félix e do Dr. Paulo Lacerda, porque, na auditoria, a informação é muito precisa e traz dados que precisarão ser analisados por esta CPI, pelo menos no seu final.

O senhor conhece o Sr. Francisco Ambrósio?

O SR. NERY KLUWE - Conheço.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Já trabalhou sob sua orientação alguma vez na ABIN ou não?

O SR. NERY KLUWE - Trabalhamos 20 anos. Trabalhamos não sob a minha chefia, mas executamos algumas atividades. Por exemplo, na época, tínhamos um trabalho na região do Bico do Papagaio. Era uma época em que aquela região vivia um problema gravíssimo de tensão social pela posse da terra, problema fundiário. Tivemos a oportunidade de viajar algumas vezes juntos.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ele é ligado à ABIN? Ou foi funcionário da ABIN?



O SR. NERY KLUWE - Foi. Mas ele, lamentavelmente, ele não é ligado, até gostaríamos que fosse mais, porque é um companheiro aposentado. Até, na nossa entidade representativa, já tive o prazer de convocá-lo várias vezes. Ele não tem essa índole de movimento associativo.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É possível que agentes da ABIN desenvolvam operações em larga escala, monitorando autoridades federais, sem que seu diretor-geral e sua cúpula tenham conhecimento?

O SR. NERY KLUWE - Deputado, essa hipótese é totalmente absurda, porque o nosso quadro de pessoal, pessoal de atividade e campo, ele é um quadro que está envelhecido e não detém a devida atualização tecnológica. Com a vedação de que a ABIN fizesse interceptação telefônica ou gravação ambiental, a ABIN desenvolveu a atividade de controle e manejo de fontes humanas. Certo? Então, essa hipótese de que alguém fizesse bico nesse tipo de atuação não se coaduna nem com a principiologia das pessoas nem com sua capacidade profissional tecnológica.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas existiria a possibilidade disso ocorrer sem conhecimento, sem o controle interno? Ou, perguntando ao contrário, há alguma denúncia na Corregedoria ou na ABIN de que ex-agentes ou privados tenham de alguma maneira participado de operações em nome da Agência?

O SR. NERY KLUWE - Não, não. Mas eu tenho um dado aqui que revela uma questão de uma promiscuidade indesejável. Promiscuidade indesejável. Como... Mas isso aqui é um ofício! Trata-se da violação da quebra da confidencialidade da comunicação eletrônica de um grupo de discussão de colegas servidores da ABIN. Então, o que acontece? Havia 2 grupos de discussão. Um, que o servidor é na Califórnia, Yahoo!, e outro, que o servidor é em Brasília. Como esses companheiros estavam exteriorizando a sua indignação, a sua repulsa a determinadas atitudes da direção da ABIN, principalmente um deles que se autodenomina Pindaíba, que eu já recriminei. Eu digo: *“Olha, oxalá que a ABIN nunca mais tenha um agente que se autodenomine Pindaíba”*. Foi antes da reestruturação salarial. Então, iniciou-se a investigação, quebrou-se o sigilo dessa comunicação sem autorização judicial, mediante apoio de companheiros da Polícia Federal. Então, acho esse um precedente grave. Precedente grave. E até gostaria de deixar cópia aqui na



Comissão. Foi quebrado o sigilo. Ou seja, sigilo telefônico, eletrônico de dados, para ser quebrado, a Constituição garante: a quebra tem que ser antecedida de ordem policial. Então, reuniu-se a autoridade apuratória da ABIN com a autoridade policial e quebrou-se o sigilo da comunicação dos companheiros, sem materializar sequer uma ofensa à imagem da ABIN ou a tal agressão à hierarquia da ABIN. Não materializou. Os colegas estão respondendo processo disciplinar.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Até então vou entrar nessa linha, mas só para voltar uma pergunta: o senhor confirma então, hoje, que o Dr. Seltz chegou a analisar *e-mails* sigilosos e repassou informações ao Dr. Paulo Lacerda?

O SR. NERY KLUWE - Eu teria autoridade para dizê-lo inequivocamente se eu tivesse visto. O comentário dentro da organização é o seguinte: dentro desse grupo empregado nessa atividade, 4 ou 5 analistas tinham a missão específica de analisar documentos, produtos. O nível do analista é diferente do nível do agente — agente é nível intermediário; analista é nível superior. E que um desses elementos teria sido esse companheiro citado. E que ele repassava aquilo para o presidente do inquérito, e o presidente do inquérito repassava para o Dr. Paulo. E que ele algumas vezes chegou a despachar diretamente, foi acionado pelo Dr. José Milton Campana para ir lá levar algum material dessa análise, ou dessa triagem, ao Dr. Lacerda. Então, eu gostaria que ficasse claro que o autor da façanha não fui eu. Estou apenas aqui contribuindo para o esclarecimento dos fatos e não vejo nada demais, Deputado, que uma autoridade da estatura do Dr. Paulo, com a experiência, a larga experiência na atividade policial, tivesse inclusive prestando um assessoramento ao delegado titular da investigação. Não vejo nada demais nisso daí.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quanto à Polícia Federal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mas ele prestou esse assessoramento? O senhor tem informação de ele ter prestado esse assessoramento?

O SR. NERY KLUWE - Não. Mas eu imagino que se havia o interesse nessa questão era para discutir algum aspecto da investigação.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Primeiro de setembro, após a crise da confirmação dos grampos ilegais e telefonemas do Supremo, o Ministro-Chefe do GSI pediu ao Ministro da Justiça abertura de inquérito policial pela Polícia Federal.



Em sua opinião, qual o grau de isenção da Polícia Federal nessa ação, tendo em vista essa informação que o senhor passa agora?

O SR. NERY KLUWE - Total. Total. A autoridade apuratória é independente. Eu, inclusive, depus perante o Delegado William Murad, e discutimos a questão. Ele me disse que os próprios equipamentos da Polícia Federal iam ser submetidos à perícia. Natural. E que esses equipamentos são peritáveis e qualquer utilização deles, então... Eu não posso olhar com desdém ou desconfiança a isso. Já sobre a ordem do juiz, eu me manifesto, da nossa busca e apreensão,...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - É uma oportunidade também.

O SR. NERY KLUWE - ... que nós, o corpo de funcionários sentiu-se agredido. Claro, nós não estamos imunes a nada, mas é uma medida desnecessária. Na medida em que a Procuradoria da República nos encaminha um requerimento, e aí sofremos uma busca e apreensão. Passados 3 meses do fato, e parece até que como uma providência de investigação policial inócua, porque é evidente que se houvesse prova ali alguém já as teria destruído... Inclusive foram na residência de colegas nossos. De modo que eu me filio ao doutrinador que diz o seguinte: *"Nem toda decisão judicial é legal. Até o Supremo erra, e o Supremo tem o privilégio de errar por último"*. Não nos compete entrar nesse mérito da eficácia da decisão de S.Exa., o magistrado, mas me parece que foi uma decisão de muito rigor, que nos colocou numa situação incômoda perante o regime internacional das nossas ligações.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Já houve um caso semelhante em relação a agentes da ABIN, com equipamentos da Agência?

O SR. NERY KLUWE - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Há risco de quebra de sigilo nas informações que foram apreendidas? Quer dizer, o senhor, como Presidente da Associação tem idéia, ou tem informação de quais as pessoas que sofreram busca e apreensão?

O SR. NERY KLUWE - Um colega aqui, outro no Rio, outro em São Paulo. O colega aqui é o Thelio Braun. Do Rio e São Paulo, eu desconheço. Nas residências, não é?



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, há algum risco de ter outras informações que não digam respeito à Operação Satiagraha?

O SR. NERY KLUWE - Sim, de seus acervos pessoais, particulares. Inclusive, um deles a esposa é médica, e foram levados os registros dela, os prontuários, o *laptop*, etc.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só mais uma pergunta nessa linha ainda. Quer dizer, na condição de presidente também, o senhor acha que seus agentes, os agentes da ABIN podem ser o bode expiatório de um esquema muito maior, complexo, e que não se vai chegar à conclusão de monitoramentos ilegais?

O SR. NERY KLUWE - Esse quadro, a tendência, é harmônico. Tem interceptação, tem irregularidade: é ABIN. Mas o que se traz à discussão é que para a ABIN não é interesse nenhum grampear um Ministro ou uma autoridade do Governo. A ABIN não se ocupa disso. Para nós é muito mais, vamos dizer assim, vantajoso recrutar a secretária da autoridade como fonte humana do que interceptar um telefone.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Só mais 2 perguntas, eu vou englobar. E eu insisto, Dr. Nery, que os seus dados aqui, nós estamos confrontando com os depoimentos que já foram feitos e com documentos que estão aqui na CPI.

Mas em seu primeiro depoimento à CPI, o Dr. Paulo afirmou que a ABIN não tem autoridade legal para realizar interceptações telefônicas. Mas, pelo menos em 2 momentos, informou que advertiu os agentes que se efetuassem escutas estariam por sua conta e risco e que não teriam apoio da administração. Nesse mesmo depoimento, o diretor da ABIN reconheceu a possibilidade de desvios na condução das interceptações telefônicas, afirmando, aspas, *“muitas vezes pode ser até que a autoridade judicial não saiba exatamente quem é que está realizando aquele trabalho de monitoramento. O juiz não vai perguntar: olha quem é o policial que vai fazer isso ou aqui? Então, disso aí podem acontecer esses desvios”*. O senhor tem conhecimento desses desvios na ABIN?

O SR. NERY KLUWE - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quantos casos já foram apurados sobre eventual desvio e se não há uma tradição acobertadora por parte dos órgãos de inteligência?



O SR. NERY KLUWE - Não, Deputado. Realmente, não. Desvio de conduta dessa natureza, dentro da Agência, eu, com 28 anos de Agência, eu desconheço. Há outros tipos de desvio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nunca é demais lembrar-lhe a situação do Rio de Janeiro. Ou V.Sa. se esqueceu de que há uma condenação na Justiça contra um agente da ABIN que teria participado de uma interceptação, se não me engano, durante o processo de privatização.

O SR. NERY KLUWE - Sim, houve uma condenação. Eu não sei se já transitou em julgado, Deputado Itagiba. Mas ali me parece que não houve prova inconteste, robusta, da efetiva participação. O que ocorre? Esse colega, ele esteve afastado do órgão, fazia segurança particular, fazia investigações particulares, e surgiu o nome dele nessa questão. Inclusive, ele assessorou o Superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, foi assessor requisitado do Superintendente do Rio de Janeiro àquela época, Dr. ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Edson.

O SR. NERY KLUWE - Edson, exatamente. Mas essa hipótese... Até eu não entendi se o Deputado Fruet se referiu ao depoimento do Paulo Maurício ou do Paulo Lacerda. Essas afirmações são atribuídas ao Dr. Paulo Lacerda ou ao Dr. Paulo Maurício?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - As afirmações do Dr. Paulo, Delegado Paulo Maurício.

O SR. NERY KLUWE - Paulo Maurício Fortunato Pinto?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Isso aí.

O SR. NERY KLUWE - Não, ele é o coordenador, é o Diretor do Departamento de Contra-Inteligência, e eu desconheço essa...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então, eu vou ser mais objetivo. Ontem, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma declaração do Dr. Ali Mazloum, Juiz da 7ª Vara Criminal, afastando a possibilidade de investigar jornalistas no inquérito aberto. E afirma que jornalistas podem ter sido vítimas de agentes da ABIN. Na busca de endereço de oficiais da ABIN teria sido achado um CD com informações sobre grampo.



Volto a insistir. Os monitoramentos feitos pela ABIN, o senhor afirma que não é feita escuta, mas há possibilidade de monitoramento, de chegar a esse tipo de informação, inclusive, de investigação de jornalistas?

O SR. NERY KLUWE - Eu desconheço essa hipótese, Deputado, e não acredito nisso.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Por fim, a questão do equipamento. O Dr. Otávio, Diretor do CEPESC, esteve aqui e explorou bastante o tema das maletas, interceptação e outras tecnologias. O Diretor da Polícia Federal e o Chefe da Divisão de Doutrina e Inteligência confirmaram a facilidade para utilização e aquisição de equipamentos, inclusive das maletas. Basicamente afirmaram que basta um *notebook*, uma antena e um *software*. Além disso, os depoimentos apontaram para semelhança de tecnologia entre maletas e bloqueadores de celular. Em síntese, as maletas de interceptação teriam como componentes básicos um *notebook*, um *software*, uma antena e um receptor, como de um bloqueador de celular. O Tribunal de Contas da União, apurando os gastos da ABIN com cartões corporativos, indicou que 98% das despesas foram de saques em espécie, destinadas ao pagamento inclusive de determinados equipamentos. Nessa decisão, nesse acórdão, verifica-se a aquisição de microcomputadores, receptores, *softwares* de criptografia, placas-mãe, bloqueadores para telefones celulares e outros equipamentos. O mesmo acórdão trata da regularidade fiscal dos comprovantes de despesas, afirmando que houve significativos gastos com notas calçadas ou frias. Qual é o controle existente sobre os equipamentos de inteligência adquiridos pela ABIN? O senhor concorda haver grande similaridade entre a descrição dos componentes das maletas e eventuais equipamentos adquiridos pela ABIN? Pelo seu conhecimento, insisto na pergunta, a ABIN conta com material necessário para montagem das maletas? É possível que agentes da ABIN tenham utilizado equipamentos cedidos pela polícia ou outro órgão de inteligência ou que tenham utilizado serviços de terceiros, de particulares, à revelia de seus superiores, para escutas?

O SR. NERY KLUWE - É possível, mas não é provável, Deputado. Agora, essa questão tecnológica de equipamento... os nossos equipamentos têm um controle muito rígido, muito rigoroso. As aquisições desse tipo de equipamento pelo



serviço público são patrimoniadas; elas têm de entrar na carga. Pela cultura da Agência, nós andamos estritamente dentro da legalidade. O Dr. Paulo, nas suas reuniões iniciais — os colegas comentam isso —, sempre disse o seguinte: *“Olha, gente, nós não detemos a prerrogativa de fazer interceptação, escuta, essa coisa toda. Então, vamos fazer o que a lei nos permite, nada além disso, e vamos pleitear que a lei contemple, pelo menos a interceptação, a escuta na área, por exemplo, do terrorismo e da sabotagem”*. Para a Inteligência, hoje, isso não é essencial. Por quê? Porque os nossos alvos são alvos altamente escolados. Na área do terrorismo, as pessoas não se comunicam mais nem via *e-mail*, nem via telefone, é via mensageiro. De modo que esse aparato de investigação ou de assessoramento à investigação de Inteligência, para nós, não representa nada profissionalmente. As pessoas hoje têm muita disciplina em conversar esses assuntos. Nos nossos alvos, na área de crime transnacional, eles não conversam nem por *e-mail*. De modo que até nós não necessitamos disso, não prescindimos disso e não temos, efetivamente, no nosso quadro, profissionais especializados nisso. Nem nos cursos da nossa Escola de Inteligência são abordadas essas questões porque a lei não nos contemplou.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então, eu insisto na pergunta. Nós vamos ter que confrontar, Presidente, com a auditoria, o trabalho da ABIN com a auditoria feita pelo Exército. Eu insisto: uma operação dessa natureza, Satiagraha, ou o Dr. Paulo agiu com conhecimento do Presidente da República e do Gabinete de Segurança Institucional ou foi uma ação absolutamente ilegal. Qual a razão de a ABIN se envolver numa operação, se é um órgão de assessoramento da Presidência?

O SR. NERY KLUWE - Eu suponho que começou com apoio natural. Um apoio, como foi dito aqui: verificação de determinados dados, o profissional na ABIN com o profissional na Polícia Federal. E a situação foi num crescendo e achou-se natural. Eu vejo também o seguinte, Deputado Fruet: A Polícia Federal fez extraordinárias operações na gestão do Dr. Paulo — mais de 700 —, inclusive mobilizando 300 agentes, 200 agentes. Há casos de companheiros dentro da Polícia Federal, delegados, que entram até com mandado de segurança para não ficarem acantonados lá no aeroporto, para amanhecer o dia e irem estourar aquela situação.



Então, a Polícia Federal tem essa cultura de mobilizar esforços e tal e coisa e desencadear aquela operação. É a única justificativa que eu verifico para este emprego dos nossos agentes no nível do efetivo que foi empregado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Muito bem. Presidente, obrigado pela tolerância no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Fruet. Antes de passar a palavra ao Deputado Simão Sessim, quero fazer uma pergunta ao depoente: V.S^a esteve em algum momento no gabinete do Senador Demóstenes Torres?

O SR. NERY KLUWE - Estive no gabinete do Senador Demóstenes com alguns companheiros da base que estão aqui presentes. Fomos levar ao Senador um pedido de apoio a 3 emendas nossas que estavam tramitando aqui na Medida Provisória nº 440. Precisávamos de apoio. Estivemos lá. Inclusive, naquela oportunidade alguns companheiros que estão aqui revelaram ao Senador a preocupação que estavam tendo com a minha pessoa, com a minha integridade profissional, com a minha integridade física etc., porque já havia sinais de que eu era, vamos dizer assim, o antagonico a essa cooperação, Polícia Federal e ABIN e a própria direção do órgão. Não, não há antagonismo nenhum; só que nós temos o direito de pensar, nós não precisamos pedir licença para ninguém para pensar e para tirar nossas conclusões. E achamos que houve realmente aí uma quebra de comando, uma quebra de comando inaceitável, porque hoje nossos agentes não sabem nem se podem ir à rua, porque amanhã eles vão sentar, eles vão responder, porque os chefes não assumem nada. E alguns chefes vieram aqui perante os Congressistas e, lamentavelmente, não abriram a integralidade do conhecimento que detinham. Isso causou um constrangimento para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esses companheiros que o senhor está vendo aqui estão em suporte à sua representação como Presidente ou estão aqui em missão da ABIN?

O SR. NERY KLUWE - Não, eu nem imaginava que estariam aqui. Tem um colega lá do gabinete do General também, o Saulo. São militantes da nossa base. Inclusive, o atual candidato à sucessão de uma das chapas lá, o Dr. Luiz Henrique Lima Rocha.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, na verdade, estão numa missão de solidariedade, eu diria.

O SR. NERY KLUWE - Eu creio que sim, e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma outra pergunta: nesse momento em que o senhor esteve no gabinete do Senador em companhia de outros companheiros, houve algum contato telefônico? O senhor observou algum contato telefônico entre ele e o Ministro Gilmar Mendes?

O SR. NERY KLUWE - Não, não, não observei, não tenho condições de dizer se houve... Eu acho que não houve nenhum contato telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito obrigado pela... Deputado Simão Sessim com a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, é um depoimento importantíssimo para esta Comissão. Mas o nosso... o autor do requerimento e V.Exa. praticamente já esgotaram a posição do depoente aqui, do nosso convidado, com relação à sua posição nesse problema que o trouxe até nós e para colaborar com a nossa CPI. Mas eu verifico, Sr. Presidente, preliminarmente, que, na mídia, o nosso convidado, o Agente Nery, é colocado como um contestador da atual situação da ABIN, principalmente no período do Dr. Paulo Lacerda, antes de ser afastado, na mídia. Aqui, no depoimento, ele se coloca muito na defensiva com relação a ser vítima de uma campanha em véspera de eleição que pode prejudicá-lo. Talvez sejam essas as insinuações do noticiário. Essa é a que ele coloca como defesa. A minha preocupação é onde buscar a verdade entre esse espaço, entre essas 2 versões. Sr. Nery, o senhor acha ou tem, por sua experiência, a certeza de que houve a gravação ou a interceptação telefônica entre o Ministro Gilmar Mendes e o Senador Demóstenes Torres?

O SR. NERY KLUWE - Deputado Simão, as hipóteses sobre esse caso, filosoficamente, são: a gravação do telefone do Senador; a gravação do telefone do Ministro ou a gravação do tronco, e por aí vai. Ora, quem reproduziu esse diálogo ouviu o diálogo. O diálogo foi acompanhado como fidedigno...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A revista *Veja*.

O SR. NERY KLUWE - ... o Senador e o Ministro. Esse diálogo se deu no dia 15 de julho, às 18h32min, conforme reportado na imprensa. Tecnicamente, a



investigação está apurando isso aí. Tem 2 inquéritos na Polícia Federal, 1 no GSI. De modo que eu tecer qualquer ilação sobre a minha opinião pessoal... Eu imagino que tenha sido conforme a própria imprensa está construindo a opinião pública, que tenha sido no próprio telefone do Ministro.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O senhor acha que houve a interceptação, que a versão dada pela revista *Veja* é de uma conversa real?

O SR. NERY KLUWE - Sim. Sim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu, então, perguntaria: então por que é que se atribui a V.Sa... Por que é que se atribui que o vazamento teria sido feito por V.Sa.? Isso dito pela ABIN, dito pelo Gabinete do Ministro Jorge Félix, dito pela Polícia Federal. A que é que o senhor atribui ter chegado ao senhor essas... Por toda a mídia é vista... A *Carta Capital* inclusive quase que afirma categoricamente que V.Sa. é o autor do vazamento. Ao que é que se atribui isso? Por que V.Sa. nisso aí? Seria ainda a campanha contra a sua eleição?

O SR. NERY KLUWE - Não, Deputado. Eu imagino que seja uma coisa, assim, mais importante nesse processo. É uma ação diversionista, que inclusive pretende desviar o rumo da apuração. Eu fico muito entristecido, mas muito confiante, porque eu já estou tomando as medidas judiciais cabíveis para responsabilizar as pessoas. Eu não sei se o senhor estava aqui quando eu me referi à fita da gravação do registro, um colóquio do Ministro...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Não. Infelizmente não estava.

O SR. NERY KLUWE - O Ministro compareceu lá na nossa Agência...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E desmentiu.

O SR. NERY KLUWE - Ele disse que colegas nossos tinham envolvimento com isso. O problema da ABIN tinha iniciado com o vazamento. Veja a inversão de foco. Quer dizer, poderiam ter interceptado a conversa das autoridades, mas, se não vazasse, estava tudo bem. O senhor percebe? Isso nos causa indignação. O problema foi o vazamento, e que colegas nossos estavam envolvidos nisso, particularmente colegas que se debatem, confrontam, enfrentam, gostam do embate com a administração da Agência. Aí, evidentemente, via transversa, ele acabou atribuindo a nós. Ele disse que também tinha outros 3 suspeitos. Nós, de imediato, solicitamos, requeremos a fita. Nós estamos há 10 dias lutando para que dessa fita



nos seja dada uma cópia. Imediatamente eu vou divulgar para a imprensa, naturalmente. Inclusive estamos estudando uma interpelação a S.Exa. Uma interpelação. Ora, se ele disse que a Polícia Federal tinha conhecimento e já estava tudo esclarecido, suspendam-se as investigações e convoquem S.Exa., o Ministro, para que ele diga efetivamente e contribua com o País, com a cidadania, com a dignidade.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A todo instante nesse seu depoimento, V.Sa., quando se refere a erros ou possíveis enganos lá na instituição, na ABIN, V.Sa. diz que é voz corrente na instituição. V.Sa. não assume que participou de alguma reunião. Diz que é voz corrente na instituição. É sempre ao que V.Sa. se refere. Não é isso?

O SR. NERY KLUWE - Sim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Estou sendo verdadeiro na sua palavra?

O SR. NERY KLUWE - Sobre...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - E quando V.Sa. afirma isso, V.Sa... houve dentro da instituição ou em reunião da ASBIN, reuniões transparentes, reuniões sigilosas...Está havendo algum movimento contra a atual situação, de modo a fazer com que esse movimento cresça, de forma que a ASBIN chegue a uma situação de exigir mudança na direção da ABIN?

O SR. NERY KLUWE - Não. Absolutamente! Esse é um debate permanente nosso. Temos a garantia...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - O que é que é essa voz corrente na instituição?

O SR. NERY KLUWE - Deputado, o movimento "associativista" da ABIN é até mais virtual do que efetivamente físico, porque nós respeitamos a maioria dos companheiros, que nem se filiam. Nós temos apenas 1.100 filiados, num universo de 1.600. Mas o voz corrente, o comentário é o seguinte: quando acontece esse tipo de episódio no órgão de inteligência, abalo na cúpula, reflete-se imediatamente na base, e o órgão vive o que eu chamo de Mal de Parkinson: ele passa a ser um fim em si mesmo. Suspendem-se as atividades, as tarefas, e começa a ficar aquele caldo de cultura lá dentro: e aí, o que é que foi?



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas isso aumentou com a Operação Satiagraha?

O SR. NERY KLUWE - Aumentou quando vieram a público esses dados dessa operação, porque sabia-se: *"Ah, dezenas de colegas estão trabalhando numa determinada atuação!"* Ninguém está preocupado em saber o que o outro faz. Eu respeito o companheiro. Ele tem que me respeitar. Mas aí vem tudo à tona e começam as especulações, que eu acho que é uma coisa bastante natural dentro da cultura de qualquer organização, particularmente da nossa, porque as discussões e os debates têm que ser todos lá dentro, intramuros, para se evitar que vá para a rua, para um restaurante, para um bar ou levar isso aí para dentro da sua casa...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Mas isso é feito em reunião da ASBIN?

O SR. NERY KLUWE - Isso é feito permanentemente durante o expediente; isso é feito na comunicação interpessoal; isto é intrínseco às pessoas: debater as suas situações pessoais, funcionais, profissionais, indagar se a nossa atuação foi legal, não foi legal, foi legítima, não foi legítima. Então, isso está dentro do momento que se vive dentro da organização, que está dividida nestes 2 posicionamentos: está certo, está errado apoiarmos as ações desse tipo da Polícia Federal?

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, eu fico por aqui. Eu já me satisfiz com as indagações do nosso Relator. Acho que ele foi brilhante, esgotou bastante o assunto. Quero cumprimentar, mais uma vez, o Sr. Nery e agradecer-lhe sua presença aqui.

O SR. NERY KLUWE - Deputado, é um prazer para nós poder contribuir com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Simão Sessim.

Com a palavra o Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sr. Nery, pessoa que eu conheço muito bem e posso dizer que é idônea e que está sendo acusado injustamente. Eu diria que Nery, hoje, é mais uma vítima de uma situação altamente comprometida com alguns setores da nossa sociedade.

Veja bem, existe hoje uma ação coordenada no sentido de desmoralizar a ABIN. Isso vem há muito tempo. Desde o início da investigação que eu tenho



percebido isso. No primeiro dia da primeira audiência que teve aqui, quando estourou o caso da Satiagraha, eu disse aos colegas que a ABIN não tinha equipamentos de interceptação, porque eu conhecia a ABIN e podia, estava falando de conhecimento de causa. Também tinha quase certeza de que aquela interceptação, que depois apareceu na mídia, do Ministro do Supremo com um Senador da República, também não tinha sido realizada por ninguém da ABIN, mesmo porque eles não tinham aquele equipamento. Poderia até ter sido um agente da ABIN quando estava a serviço da Satiagraha. Aí poderia acontecer. Eu também acho que não aconteceu, mesmo porque o delegado que estava á frente da investigação não é do tipo de fazer esse tipo de maracutaia. Eu conheço muito bem o Dr. Protógenes.

Então, eu acho, não, eu tenho certeza de que essa interceptação não saiu de nenhum equipamento da Polícia Federal nem da ABIN, porque a ABIN também não tem equipamento de interceptação. Então, entendo também que um servidor, quando está investido numa função, a ação dele é legítima. Os funcionários da ABIN estavam sob a égide da Polícia Federal, estavam trabalhando numa ação legal. Então, eu não vejo crime nenhum aí, talvez irregularidade, mas crime não houve, não houve.

E eu tenho visto que a mídia tem procurado bater na ABIN, tem falado, sempre arrumando uma forma de querer acusar os servidores da ABIN por essa “escuta” — entre aspas — que teria acontecido entre o Ministro e o Senador. Sempre. Primeiro, foi o Ambrósio, coitado. O Ambrósio foi massacrado pela mídia. Depois, nós chegamos à conclusão de que o Ambrósio não tinha nada a ver com a coisa. Agora, V.Sa. Não sei por que, não sei o motivo de V.Sa. ter sido acusado de fazer esse grampo, mesmo porque V.Sa. não participou da Operação Satiagraha, não participou. V.Sa. não tinha interesse nenhum de fazer um grampo desses, não tinha motivação nenhuma, mesmo porque a ABIN, naquele momento, estava sendo atacada.

Então, o que V.Sa. acha? Qual o motivo? Eu acho que é uma ação coordenada, acho que é, e não só pela mídia, mas também por outras instituições que estão investigando o caso e sempre levam o caso para a ABIN. Eu queria saber de V.Sa. se tem algum posicionamento, o porquê dessa perseguição.



O SR. NERY KLUWE - Deputado Laerte Bessa, cumprimento V.Exa., a quem agradeço as palavras. Eu o conheço há bastante tempo, um homem de polícia de investigação, que aparelhou a nossa Polícia de Brasília, alçando-a ao nível, sem dúvida, da excelência. Esse imbróglio me lembra um samba do Nelson Sargento. A relação entre o nosso Diretor-Geral, Dr. Paulo — ele é o nosso Diretor Geral, não foi exonerado —, e o Diretor da Polícia Federal. Diz assim: *“Nosso amor é tão bonito, ele finge que me ama, e eu finjo que acredito”*. E a ABIN está no meio desse fogo cruzado. São públicos e notórios alguns desentendimentos, é pública e notória a indignação do Diretor da Polícia Federal com a falta de informação e oficialidade nesse aspecto. É público e notório. E eu acho que a grande lição disso aí é que essa guerra, que não é minha, não é da nossa entidade representativa, tem por objetivo preciso desqualificar uma investigação policial muito bem-feita, muito bem estruturada e que agora entrou naquela perspectiva de estar contaminada. Então, o objetivo finalístico disso é nesse sentido. E também ressalto que assim como o nosso Diretor nos deu muito orgulho de ir para lá, o Dr. Paulo, com a sua experiência de gestão de um órgão complexo como a Polícia Federal, ele também nos trouxe o passivo dos interesses que ele contrariou ao longo do tempo em que ficou à frente da Polícia — 700 operações, 6 mil prisões. E, de início, saímos em defesa, realmente, da nossa Direção, vimos que isso aí é uma arquitetura que tem como objetivo denegrir as instituições, particularmente a ABIN, causar incômodo, crise institucional — isso ensejou incômodo entre o Presidente da República com o Presidente do Poder —, e que virá à tona, deve vir à tona. Acho que a opinião pública, a imprensa, incansavelmente, vem batendo. Isso não pode ficar assim. Portanto, a indagação do Deputado Simão Sessim, se houve ou não houve, são todos questionamentos, mas dizer assim o que eu entendo que é isso aí... Isso aí é... Realmente, foi isso. Eu concordo com V.Exa.: foi para causar embaraço às instituições, particularmente à ABIN. E aí entra esse jogo de poder, e eu prefiro até nem tecer comentários. A ABIN nunca foi órgão de disputa política e também nunca foi palco de acomodação de interesses políticos. A ABIN é um órgão técnico. Mas é lógico que a ABIN hoje está humilhada, está na defensiva. A ABIN está prejudicada, cada agente desse...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Está pagando pelo passado, não é?



O SR. NERY KLUWE - É, esse carma, essa estrutura cármica também tem um pouco de genética, Deputado Laerte. É sobre essa genética também que vai muito da nossa luta “sociativista” e sindical, do respeito às liberdades democráticas, às garantias. Eu sei que o senhor era um disciplinador de mão firme e pesada, mas eu nunca ouvi uma queixa de quando V.Exa. estava à frente da nossa Polícia Civil houvesse afrontado ou desrespeitado um direito legítimo e constitucional dos seus servidores.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Nery, eu sempre fui prático nas minhas ações. Sempre, na minha vida profissional, fui muito prático; nas investigações também. Nas investigações, vai-se levando a investigação e entendendo as coisas que vão acontecendo. Quando tem que acontecer, acontece logo. Como eu já disse, na minha opinião como investigador, descartei a participação da ABIN de início; sabia que não tinha nada a ver com a ABIN. Também cheguei a suspeitar, em várias situações, até da própria Polícia Federal. Também cheguei à conclusão de que a Polícia Federal não efetuou um tipo de escuta dessa natureza. E se tivesse que aparecer um autor disso já teria aparecido. Toda investigação é assim. Quando não aparece é porque tem alguma coisa errada na investigação. Essa “interceptação” — entre aspas — não tem áudio — não tem áudio, nunca apareceu o áudio dessa interceptação. Se não tem áudio, não tem prova material nenhuma.

Então, eu queria fazer uma pergunta a V.Sa.: hoje, tanto lá na ABIN, quanto na Polícia Federal, existem comentários não de uma ou duas, mas de quase todas. As duas corporações daqui de Brasília comentam que não existiu essa interceptação e, sim, foi uma montagem de uma conversa que existiu — a conversa existiu, do Ministro com o Senador, existiu. Foi feita uma montagem, através de entrevista do Senador e entrevistas com o Ministro. E pelo fato de não ter o áudio, isso é muito complicado — não ter aparecido. E também não apareceu ainda nenhuma pessoa, nenhuma instituição que tivesse motivação para fazer uma escuta. E fazer uma escuta de um Ministro com um Senador, conversando coisas boas, interessantes, tanto para um quanto para o outro?



Então, com respeito a esses comentários que estão na ABIN e que estão na Polícia Federal de que essa conversa do Ministro foi montada, e não interceptada, o que V.Sa. me diz?

O SR. NERY KLUWE - Diante do nosso quadro tecnológico, é possível que se colham fragmentos da voz de um, do que o outro disse — mas aí não tem áudio — e que se monte um diálogo que reproduza a tal conversa angelical a que a *Carta Capital* se referiu. Aí, temos essa situação, quer dizer, todo um constrangimento, toda uma pseudoviolação da intimidade, não-constitucional, que na verdade não houve. Agora, também o que nos preocupam são os limites do mandato dos investigadores. Confesso para o senhor que fiquei preocupado quando ouvi o noticiário e depoimento de colega que teve acesso a esses equipamentos lá em São Paulo — o senhor disse que são ações legítimas. A ABIN vai ter que crescer em cima desse pressuposto. Eu quero dizer o seguinte...

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Nery, o Guardiã, por exemplo, é um instrumento de gravação, um grande gravador. Um funcionário da ABIN, se teve acesso ao guardião — se teve —, estava investido de uma investigação legal. Se teve acesso, apenas fez o quê? Monitorou, porque não tinha o poder de fazer escuta clandestina por aquele aparelho. O Guardiã não faz isso, apenas quando vem o sinal da empresa telefônica — todo mundo sabe disso.

Então, existe na forma de colocar na mídia, de a imprensa colocar, que os funcionários da ABIN tiveram acesso ao equipamento da Polícia Federal e fizeram escuta. Eles não fazem escuta. Eles poderiam, no máximo, monitorar uma escuta telefônica e transcrever. É isso o que, sabe muito bem, acontece.

Por isso estou falando: existe mesmo uma ação coordenada, e já era tempo de ter passado. De tudo que se acusou a ABIN já foi provado que não existiu. Agora, estão pegando V.Sa. para Cristo. Querem crucificá-lo, e não tem nada a ver. Não tem nem sentido quererem acusá-lo. Qual o motivo? Não tem. Então, fico sem saber. Duas coisas só para encerrar: V.Sa. tem visto os comentários de que essa interceptação não existiu. Concorde?

O SR. NERY KLUWE - Tenho, concordo.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Tem visto. Quem V.Sa. acha que foi o culpado de denunciá-lo autor dessa escuta? Quem é o culpado disso?



O SR. NERY KLUWE - Essa denúncia saiu da reunião ocorrida no auditório da Agência, que seria seguida de uma palestra sobre diabetes melito. Havia pessoas estranhas aos quadros da Agência, havia funcionários requisitados. E essa hipótese foi lançada, infelizmente, pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Mas ele nega. Será que ele falou isso mesmo?

O SR. NERY KLUWE - Vamos à fita. Eu tive todo o cuidado de buscar os fragmentos dessa reunião para não cometer nenhuma leviandade. E o que os colegas disseram foi o seguinte: *"Kluwe, só faltou dizer o teu nome."*

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Está bem.

O SR. NERY KLUWE - A insinuação é mais terrível do que... Só faltou dizer o nome, declinar o nome.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - O Ministro tem alguma coisa pessoal contra V.Sa.?

O SR. NERY KLUWE - Pessoal, não. Nós divergimos no âmbito das idéias e dos posicionamentos. Pessoal, absolutamente. Eu não privo da intimidade de S.Exa. Já tivemos alguns embates que vejo com naturalidade diante da nossa luta política.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Obrigado, Sr. Nery, obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço a V.Exa.

Quero fazer alguns questionamentos bem objetivos para ver se conseguimos estabelecer uma linha de raciocínio. Pelo menos uma lógica, para o meu entendimento, para a minha capacidade de entendimento.

Sei que o senhor é um servidor dedicado da sua instituição, sei que o senhor é um representante de classe e sei que um dos seus deveres, enquanto representante de classe e enquanto servidor, é o da defesa institucional e dos seus colegas. E eu o parablenizo por isso, até porque já tive a oportunidade de presidir órgãos de classe. Mas eu quero saber, objetivamente: o senhor reputa que a ação praticada pela instituição, em função do comandamento que foi dado, não dos agentes que executaram a ação, mas o comandamento dado era legal ou ilegal?



O SR. NERY KLUWE - Ilegal, pelo não-cumprimento das formalidades de lei; ilegal, pelo acovardamento de dirigentes do órgão e que, inclusive, são responsáveis pelo... O Dr. Paulo Lacerda está nessa posição incômoda. Aí é que está a irregularidade. Ilegal, por não terem cumprido o dever profissional de alertar a autoridade que a ABIN não era Polícia Federal, que não pode arregimentar 300 agentes e empregar numa ação de estouro de um objetivo policial, dentro do imediatismo que acomete — e até digo, Deputado —, agita e inquieta o mister da ação policial. Ele não pode deixar a prova deteriorar-se. Ele tem que ter todo o cuidado para não estragar a prova também. E dentro desse açodamento é que nós lamentamos profundamente isso. Lamentamos profundamente isso e lamentamos a omissão de dirigentes nossos que, talvez, tenham propositadamente se omitido e deixado o Diretor-Geral, vamos dizer assim, meter os pés pelas mãos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Só uma questão. Eu queria acrescentar até uma pergunta do nosso colega Fruet.

V.Sa. acha que tem alguma motivação dessa acusação sua o fato de o Gabinete Institucional do General querer afastar a ABIN da sua subordinação?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Quer dizer, uma declaração sua de retirar a ABIN da subordinação do GSI?

O SR. NERY KLUWE - Esse é um pleito já decidido em assembléia da categoria, porque ele se coaduna com as posições mais modernas e avançadas do sistema de inteligência mundial, o regime. Exemplo: Estados Unidos da América. Lá, existe um assessor especial de inteligência que faz a interface direta com o Presidente da República. Nós sempre vimos o GSI como um filtro, um anteparo, que na verdade não antepara nada. Quando nós estamos na situação de dificuldade, haja vista o caso do Edgar Lange, que quem deveria ter ido colocar a posição institucional era o auxiliar direto e imediato do Presidente da República, o Ministro de Estado. Deixaram o Lange segurando na broxa e tiraram a escada. Foi o Lange 3 horas submetido à CPI dos Correios. Ali, nós estávamos fazendo um trabalho institucional, um trabalho pontual, um trabalho todo correto e ficamos ainda com a pecha de estarmos fazendo um trabalho ruim, o que não era. Aquilo ali era tudo informado, tudo relatado, tudo registrado. Certo? A nossa dificuldade de relacionamento com o GSI é essa: que ele é um anteparo, que é um órgão pesado,



cuida da segurança dos Palácios, da segurança das autoridades, ainda tem a Secretaria de Acompanhamentos Institucionais e a SENAD, Secretaria Nacional Antidrogas, que deveria estar no Ministério da Saúde. Com a venda dos produtos das apreensões, deveria-se estar aplicando nos programas de recuperação. Então, é esse o ponto de vista, Deputado. E nós lutamos para que o nosso ponto de vista seja reconhecido, respeitado. Pode não ser aceito, mas, democraticamente, nós não transigimos um milímetro com o que nós entendemos que são os interesses de maior proveito para a instituição e para a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Continuando aqui com a minha linha de raciocínio: o senhor acompanhou os depoimentos do Dr. Paulo Lacerda, ou tomou conhecimento deles, do Sr. Milton Campana, do Sr. Chefe de Inteligência também afastado? O senhor tomou conhecimento desses depoimentos?

O SR. NERY KLUWE - Acompanhei. Lamento a falta de determinação e a falta de consenso nos depoimentos. Lamento, por exemplo, que nós não tenhamos criado um gabinete de crise lá na ABIN, para gerenciar essa exposição, essa situação malfazeja. Lamento profundamente que as próprias autoridades tenham perdido a oportunidade de realmente esclarecer as questões que se tornaram indagação do povo e dos órgãos de imprensa. Eles perderam a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor acredita que algum deles tenha faltado com a verdade nos seus depoimentos perante esta CPI, tendo em vista o que o senhor sabe e o que o senhor apurou dos fatos relativos a essa operação?

O SR. NERY KLUWE - Eu não tenho competência para avaliar nesse nível, Deputado, mas eu digo o seguinte: omitiu-se a verdade. Havia a oportunidade de o Dr. José Milton Campana, por exemplo, que era o Diretor-Adjunto, homem que cuida dos meios da inteligência, cabalmente esclarecesse. Se ele ignorava, se ele desconhecia, é uma falha também lamentável, porque o chefe, o dirigente, o comandante é responsável por tudo o que acontece e pelo que deixa de acontecer. Em razão disso, o que acontece hoje? O que ocorre? Os nossos agentes estão indo depor, estão sob a pecha de terem praticado desvio de conduta, de terem praticado ilegalidade. O registro daqui é muito importante, como o Deputado Laerte Bessa, que é da área, assinalou — ele vê como absolutamente legal e legítimo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O desvio de conduta a que V.Sa. se refere seria um desvio de conduta do executor da ordem ou seria um desvio de conduta de quem comandou a ação dentro da instituição Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. NERY KLUWE - É de quem comandou, mandou, ordenou e, no entanto, não deu o natural conforto aos seus subordinados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E quem comandou isso dentro da Agência?

O SR. NERY KLUWE - Os meios dentro da Agência foram disponibilizados pelo Dr. José Milton Campana, Diretor-Geral Adjunto, que é o braço da inteligência do Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Qual foi o papel dos demais membros da assessoria do Dr. Paulo Lacerda nessa operação?

O SR. NERY KLUWE - Eu realmente desconheço. Desconheço se algum outro assessor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sabe se algum meio foi empregado na operação de prisão? Carros da Agência, equipamentos de comunicação, ou até mesmo servidores?

O SR. NERY KLUWE - Veículos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Veículos locados pela Agência?

O SR. NERY KLUWE - Sim, eu ouvi, fala-se que houve locação de veículo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Houve agentes empregados também na execução das ações ou não?

O SR. NERY KLUWE - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor sabe se tem algum servidor da Agência que teve acesso e degravou áudios da operação?

O SR. NERY KLUWE - Sim. O material, o material processado, degravado, tanto *e-mails* quanto eventuais interceptações foram trabalhadas por agentes do quadro da ABIN.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Na Polícia Federal ou dentro da própria ABIN?



O SR. NERY KLUWE - Na Polícia Federal. Na ABIN foram trabalhados apenas, o que se comenta, *e-mails*. Triados *e-mails*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Ou seja, foram triados *e-mails*. Quer dizer, os *e-mails* foram interceptados e levados para dentro da ABIN para serem triados. É isso?

O SR. NERY KLUWE - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Quem coordenava essa operação dentro da Agência Brasileira de Inteligência?

O SR. NERY KLUWE - O Dr. José Milton Campana, secundado pelos diretores: o Dr. Paulo Maurício — e aí tem toda a linha hierárquica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Hierárquica. O Dr. Fruet fez um questionamento e para mim não ficou muito claro. Eu até vou retomar essa pergunta, porque o senhor utilizou uma expressão de que os equipamentos encaminhados... Quer dizer, tinha equipamentos, mas os que foram encaminhados não eram equipamentos de interceptação. Eu não entendi bem. A Agência Brasileira de Inteligência possui equipamentos capazes de fazer interceptação telefônica ou não?

O SR. NERY KLUWE - Não. Não. Os equipamentos que foram remetidos ao Ministério Público o foram prontamente, em razão de um requerimento do Ministério Público. A ABIN não intercepta, não tem a prerrogativa legal, não dispõe de equipamentos, não dispõe de *expertise*, inclusive, para realizar esse tipo de ação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. disse também, se é que eu entendi bem, que há uma disputa entre o Diretor da ABIN e o Diretor da Polícia Federal. É isso?

O SR. NERY KLUWE - Pelo que se depreende, Deputado Itagiba, das colocações da mídia, há um choque de gerações e há um clima que não seria totalmente harmônico. Eu, particularmente, vi lá na CECAE, na convocação de S.Sa., e o Dr. Luiz Fernando lamentou que o nosso atual Diretor, Paulo Lacerda, não tenha ido ao gabinete dele ao menos tomar um café e conversar sobre esse trabalho, que não havia necessidade de que isso transcorresse dessa maneira. E é essa observação que eu tenho que fazer a respeito dele.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Zequinha Sarney com palavra.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Acho que está bloqueado aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não está, não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Sr. Presidente, senhores membros, Sr. Nery, boa tarde a todos. Eu só queria fazer uma pergunta. O senhor é o presidente da Associação de Servidores, portanto é uma pessoa que, até pelo fato do seu cargo, tem um relacionamento muito grande com largo círculo de servidores de todas as instâncias do órgão.

Eu pergunto a V.Sa. se V.Sa. ouviu falar, se tem conhecimento de que o órgão em algum momento da vida do País atual tem feito investigações de políticos, membros do Congresso, sem o respaldo judiciário, sem o respaldo legal; se em algum relatório, mesmo que seja paralelo a outro, mesmo que seja em reforço a uma matéria principal, se V.Sa. tem conhecimento de que haja investigação sobre qualquer membro, de Congressistas, ou mesmo membros do Poder Judiciário, das altas Cortes de Justiça; se tomou conhecimento ou mesmo, também, se além dessa Operação Satiaghara, já tão conhecida, se houve envolvimento também de agentes em outras operações policiais de maneira semelhante. Isso é o que eu gostaria de ouvir de V.Sa.

O SR. NERY KLUWE - Pois não, Deputado Zequinha Sarney. A estrutura de inteligência, o serviço de inteligência já fez grandes trabalhos em convênio com a Polícia Federal, mas a execução dessas medidas sempre coube à Polícia Federal, medidas na área de contrabando, na área de desarmamento, de barreiras etc. Eu disse aqui na minha manifestação de início que não compete à ABIN — nós repudiamos isso — investigar qualquer autoridade do Governo e muito menos o Governo. No ano passado, se não me engano, o *Correio Braziliense* noticiou. A manchete era a seguinte: “A ABIN vigiava Rondeau”. O Ministro Silas Rondeau havia sido afastado. Naquela oportunidade, nós, através da associação, nos manifestamos e encaminhamos a diversas autoridades a nossa indignação. E fomos elogiados e cumprimentados por diversas autoridades aqui do Senado Federal, da Câmara. Na verdade, não houve uma ação, naquela oportunidade, contra o Ministro



Rondeau, mas sim contra uns auxiliares seus que estariam usando o cartão corporativo de maneira indevida. E digo assim com muito orgulho, muita honra, Deputado Zequinha Sarney, que a índole, a cultura, a formação hoje dos nossos profissionais, porque vêm sendo enriquecido os nossos quadros com os concursos, repudiaria uma hipótese desse tipo de emprego da inteligência estratégica de Estado, que tem alvos muito mais importantes do que ficar vigiando auxiliares diretos e imediatos do Presidente, que ele demite e nomeia quando quer e bem entende.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Só que eu falei também a respeito de ilegais, quer dizer, ilegais ou não formais, tipo esse que aconteceu. V.Exa. teve conhecimento de outros ou não?

O SR. NERY KLUWE - Não.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, posso só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixa ele responder a indagação do Deputado Zequinha Sarney.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO - Ele já respondeu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Já respondeu? Então, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, só mais uma pergunta. Sr. Nery, o senhor alguma vez conversou com o Ministro Jobim?

O SR. NERY KLUWE - Não, Excelência. Não tive o prazer de conversar nem pessoalmente nem por qualquer outro meio.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A fala de V.Sa. neste depoimento é um pouco diferente da mídia, que diz que V.Sa. é desafeto do Diretor-Geral... do ex-Diretor-Geral Paulo Lacerda. Aliás, ex, não, diretor afastado. Isso é a mídia que diz, não eu. Mas eu entendo que, nesses seus depoimentos, V.Sa. frisou várias vezes que havia um comando em que o Dr. Paulo Lacerda me pareceu aí vítima de determinações que foram cumpridas por ele, quando, na realidade, ele não deveria ter cometido. E por isso ele foi, talvez, vítima dessa falta de reação a colocar a ABIN numa operação dessas, com todos os elementos que foram solicitados e determinados que fossem atuantes.



Então, eu pergunto a V.Sa. o seguinte. Há também no noticiário que foi o Ministro Jobim quem pediu o afastamento do Dr. Paulo Lacerda. V.Sa. entende, no seu ponto de vista, que foi uma decisão acertada ou faltariam elementos para que afastassem o Dr. Paulo Lacerda?

O SR. NERY KLUWE - É uma opinião, Deputado Sessim, que foge à minha competência. Todavia, eu assevero que esse afastamento obsequioso do Dr. Paulo, para nós é uma providência constrangedora para S.Sa. o delegado e para nós. E eu disse — até comentei com alguns profissionais de imprensa — o seguinte: que, a continuar assim essa polêmica, que fosse reconduzido o Paulo Lacerda, para haver um equilíbrio de forças. De modo que, para não ficar a situação mais incômoda, o Governo resolveu afastá-lo, e não me compete tecer nenhum comentário sobre essa providência, só do incômodo que é para S.Sa. e para nós.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - A situação atual é de uma direção que está administrando a crise — vai terminar, logicamente, com o término do inquérito —, e o senhor entende que a volta do Dr. Paulo Lacerda deve ser automática ou o Governo, naturalmente, vai substituí-lo. V.Sa. em algum momento foi convidado para ser Diretor-Geral neste Governo ou em governos passados?

O SR. NERY KLUWE - Deputado Sessim, não fui, nunca pleiteei isso e, se fosse, eu declinaria do convite, porque o desafio, a responsabilidade, a dedicação é muito intensa e talvez até superior à minha própria capacidade. Os meus companheiros sabem disso, nunca foi da nossa natureza pleitear. E repudiamos essa pecha de que agimos, no nosso movimento político, no sentido de derrubar as pessoas. Não. As pessoas têm que crescer com a sua cultura política. Nós agimos dentro da nossa liberdade constitucional de enfrentar, e gostamos do embate. Gostar do embate na nossa luta obstinada e desassombrada causa problemas.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - É o seu papel como presidente da Associação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado ao senhor pelas perguntas. Duas perguntas: o senhor sabe qual foi a participação do Sr. Márcio Seltz e do Sr. José de Ribamar nas operações desencadeadas?



O SR. NERY KLUWE - O Márcio foi um dos analistas, conforme noticiado aí intensamente, e que entregava o produto do seu trabalho ao Deputado Queiroz e esse repassava ao Delegado Lacerda. Ele algumas vezes foi acionado pelo Dr. José Milton Campana a diretamente se reportar ao Dr. Lacerda. O Zé Ribamar foi encarregado das operações e teria sido apresentado ao Dr. Protógenes na Agência — um fato que se comentou —, dentro do gabinete do Diretor-Geral, Dr. Paulo Lacerda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Uma pergunta aqui só para a gente se centrar na questão das datas: o senhor se recorda em que data o senhor esteve no gabinete do Senador Demóstenes?

O SR. NERY KLUWE - Ah!, foi agora, na data em que a MP 440, que nós emendamos, veio para o Senado. Foi outubro. Meados de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Se recorda a data ou não, o dia? Não?

O SR. NERY KLUWE - O dia preciso, não, mas eu posso informar à Comissão, porque nós levamos um expediente escrito, um ofício nosso pedindo o apoio dele às nossas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não tenho mais questionamentos.

Deputado Fruet, quer fazer mais uma pergunta?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Muito obrigado.

Dr. Nery, só em caráter complementar, primeiro: qual é o papel do Dr. Wilson Trezza na ABIN?

O SR. NERY KLUWE - O Dr. Trezza hoje é o diretor-geral em exercício.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E o senhor trabalhou com ele?

O SR. NERY KLUWE - Não. Nunca tive oportunidade de trabalhar diretamente com ele.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ele entrou em substituição nessa mudança da ABIN?

O SR. NERY KLUWE - Ele?...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ele entrou na direção em substituição a...



O SR. NERY KLUWE - Sim, ele era o Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração. Com a saída do diretor-geral, ele passou a responder interinamente, e agora ele é o Diretor em exercício.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor afirmou que certos dirigentes colocaram o Dr. Paulo Lacerda em situação difícil. O senhor poderia declinar quais dirigentes?

O SR. NERY KLUWE - Deputado Fruet, são os diretores operacionais. Eu seria leviano se eu apontasse esse, aquele e aquele outro, porque há um concerto de entendimentos. Eles têm as reuniões executivas diárias, mensais, semanais. No mínimo, uma avaliação técnica deveria ter sido feita em conjunto com o diretor-geral. No mínimo, deveriam ter alertado o diretor-geral. De modo que, se se pegar o organograma da gente, da Agência, verifica-se todos os executivos que têm voz e voto para dizer: espera aí, debater, discutir e levar à autoridade um alerta ou a necessidade de oficializar isso aí, de dar regularidade a essa ação.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Eu vou inverter então a pergunta e fazê-la, assim, mais diretamente: em resposta ao Relator, Deputado Pellegrino, o Dr. Milton Campana afirmou que as solicitações se referindo às operações dos agentes foram feitas verbalmente. Ele, a autoridade policial integrante do sistema, à nossa Superintendência do Rio de Janeiro. E assim seguia o canal hierárquico. E na seqüência, ele faz uma série de explicações com relação a procedimentos adotados. Na sua avaliação, o senhor acha que o Dr. Campana pode ter deixado de prestar informações ao Dr. Paulo Lacerda ou induzido a erro o diretor-geral?

O SR. NERY KLUWE - Acho, sim. E acho que também houve uma omissão do diretor-geral em não ter o devido controle dos meios, dos recursos da Agência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação aos Jogos Pan-Americanos, o senhor tem informação sobre equipamentos que foram comprados pela ABIN ou pela Polícia Federal ou pelo Exército e depois repassados à Polícia Federal naquele período? Equipamentos de escuta?

O SR. NERY KLUWE - O que eu tenho de cultura é a geral: que foi feita a compra através do órgão oficial do Exército, e não sei as qualidades técnicas. Parece que esses equipamentos é que foram inspecionados, requisitados pelo Ministério Público.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Mas esses estavam agora de posse da Polícia Federal, não mais da ABIN?

O SR. NERY KLUWE - Esses equipamentos, as famosas maletas que deram esse debate todo, elas foram periciadas e acho que já foram restituídas à Agência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Não, acho que há uma confusão, porque há alguns equipamentos que foram solicitados pelo Ministério Público diretamente à Polícia Federal. São equipamentos... Por isso é que eu pergunto: são esses que foram adquiridos ou não durante os Jogos Pan-Americanos?

O SR. NERY KLUWE - Pelo que me consta, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Certo. Mas não estão de posse da ABIN?

O SR. NERY KLUWE - Teriam sido restituídos depois que saiu aquela perícia, foi divulgada, a perícia técnica do Exército e da Polícia Federal. Foram restituídos à Agência.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O Deputado Pellegrino também perguntou ao Dr. Campana quanto à defesa do Estado, da Segurança Pública e até da imagem do Presidente da República. Não requer, em determinados momentos, algum tipo de medida invasiva, como no caso do monitoramento, até de escuta, por parte da ABIN? Não seria a essência da Agência esse tipo de informação ao Presidente da República?

O SR. NERY KLUWE - De...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - De ter acesso a esses instrumentos inclusive de escuta?

O SR. NERY KLUWE - Para o nosso mister de assessoramento do mandatário máximo, não. Para o mister de segurança pessoal da autoridade, numa dimensão protetiva, defensiva, sim.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E qual o procedimento nessa situação?

O SR. NERY KLUWE - É uma questão complexa de avaliar. Ou seja, os fins justificam os meios. Eu, me valendo de prerrogativas ou mecanismos defensivos, eu estaria apto a invadir, a promover a intrusão e a invasão. Eu não concordo com isso, não.



O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - E com relação à eventual solicitação à polícia judiciária ou ao Judiciário, através da Polícia Federal, esse é um procedimento utilizado pela ABIN ou não?

O SR. NERY KLUWE - Não.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Nessas circunstâncias?

O SR. NERY KLUWE - Não. É um debate constante profissional nosso. Nunca nos valem de qualquer brecha da lei para esboçar um pedido dessa natureza. Já temos até sinalizações de notáveis conhecedores do Direito no sentido de que nada impede, em determinadas situações, que pudéssemos fazer isso através da Polícia Federal. Mas não temos esse nível de relacionamento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Está bem. Só para recuperar um fato que o senhor destacou na questão dos Correios. Quer dizer, houve um relatório elaborado pela ABIN e entregue ao Gabinete de Segurança Institucional. É isso?

O SR. NERY KLUWE - Sim. Ali todas as ações foram cirurgicamente relatadas, os gastos demonstrados...

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Ou seja, a ABIN tinha a informação dos fatos que depois geraram, inclusive, uma CPI.

O SR. NERY KLUWE - Sim. Não na dimensão que o processo tomou. Mas daquelas irregularidades nas contratações e licitações. Isso veio na esteira de uma investigação sobre fraude no sistema de aposentadoria. Foi objeto até de elogio do Presidente da República para nós, quando ele viu que não tinha rombo, mas sim roubo. Veio nesse esteira. E aí a equipe se deparou com esse nível de problema lá de contratação em licitação e informática.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Esse relatório foi entregue ao General Félix?

O SR. NERY KLUWE - Eu creio que sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Por que ele não levou-se ao Presidente da República?

O SR. NERY KLUWE - Aí é um problema que diz respeito ao Ministro. Mas... é da alçada e competência dele. E os registros são possíveis de ser verificados.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Porque até hoje não conseguimos esses dados. Eu fiz parte daquela CPMI e até hoje essas informações não foram



repassadas ao Congresso Nacional. Por isso estou fazendo a pergunta agora. Porque há informação de que houve o relatório, o relatório foi entregue ao gabinete e não se sabe que fim deu. Não se sabe também se o Presidente da República teve ou não acesso às informações.

O SR. NERY KLUWE - Eu estou há 10 dias atrás de uma fita de áudio e vídeo, mas não consegui ainda.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aproveitando o ensejo, os registros das atividades ficam cadastrados no sistema da Agência?

O SR. NERY KLUWE - Sim. Nós temos registros de contatos, temos os produtos do desenvolvimento das operações, dos planos, todo um protocolo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nesse material que foi apreendido, podem ter ido esses registros, essas operações de caráter confidencial?

O SR. NERY KLUWE - Creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E nessa operação o que foi apreendido é todo o registro e todo o cadastro da ABIN? Não existem outros *backups* ou outras formas de guardar esse material?

O SR. NERY KLUWE - A avaliação do potencial de risco e de dano foi procedida pelos profissionais, pelo GSI, passados 2 ou 3 dias. Não há registro de toda a base de dados, mas há registro de algumas situações pontuais, de fontes, de agentes, de operações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aproveitando, então, o ensejo, apenas a título de esclarecimento: é possível que nesses registros arrecadados ou apreendidos pela Polícia Federal existam dados, por exemplo, relativos a ações do passado da própria agência, como, por exemplo, o registro e cadastros dos desaparecidos durante o regime militar?

O SR. NERY KLUWE - Eu desconheço, mas imagino que não, porque são equipamentos novos. Esses equipamentos novos foram trocados no ano passado, os computadores, as bases e as estações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E aí se apaga toda a base antiga ou...



O SR. NERY KLUWE - Ah, devem fazer *backup*, devem copiar. E ele vem com *winchester* novo e passa a ser alimentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, se não há mais nenhuma pergunta a ser feita, vou passar agora a agradecer a presença de V.Sa., os esclarecimentos que prestou e vou passar à votação dos requerimentos, conforme se encontram na pauta. Então, esta CPI fica grata pela sua colaboração.

O SR. NERY KLUWE - Eu é que agradeço, Deputado Itagiba. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Apenas para registrar que o Dr. Kluwe esteve aqui presente com o seu advogado, Dr. Mozart Belo.

Vamos passar à votação dos requerimentos.

Item 1 da pauta.

Requerimento 231/08, do Sr. Deputado Carlos Willian, que “requer a esta Comissão solicitar ao Delegado Amaro Ferreira cópia dos depoimentos de grampos feitos sem autorização judicial”.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Os itens 2 e 3 da pauta são requerimentos da minha autoria, razão pela qual peço ao Deputado Simão Sessim que assuma a Presidência dos trabalhos, para que possamos então discuti-los e votá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Item 2 da pauta.

Requerimento 232/08, do Sr. Deputado Marcelo Itagiba, que “requer ao Sr. Presidente a expedição de ofícios da Comissão Parlamentar de Inquérito — Escutas Telefônicas Clandestinas, dirigidos ao Conselho Nacional de Justiça, para prestar as informações que indica”.

Os Srs. Deputados que queiram discutir têm a palavra. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



Aprovado.

Item 3.

Requerimento 199/08, do Sr. Deputado Marcelo Itagiba, que “requer a quebra do sigilo sobre o conteúdo dos documentos enviados pelo Ministério da Defesa remetido à CPIESCUt submetido ao grau de confidencialidade neles especificados”.

Os Srs. Deputados que queiram discutir têm a palavra. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Simão Sessim, por ter presidido em função dos 2 requerimentos.

Vou passar ao Item 4 da pauta.

Requerimento 228/08, do Sr. Deputado Vanderlei Macris, que “solicita retirada da classificação de ‘sigilosa’ da gravação do áudio da reunião realizada por sua cúpula, na qual ficou decidido o afastamento do Delegado de Polícia Federal Protógenes Pinheiro de Queiroz do comando da ‘Operação Satiagraha’.”

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Está aprovado o Item 4, Requerimento 228/08.

Estão encerrados os requerimentos.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, peço a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira. Pediu a palavra primeiro.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, eu não tenho aqui fonte de consulta. Essa matéria que nós aprovamos no Item 1... o Delegado Amaro Ferreira atuou em que área? Quem é o cidadão, hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou pedir que passem a V.Exa. a cópia do requerimento do Deputado Carlos Willian, com a devida justificação, para conhecimento. Por favor, encaminhe.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - É matéria vencida. É só para... Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Laerte Bessa com a palavra.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, é só para esclarecer que o Dr. Amaro é responsável pelo inquérito do vazamento daquela informação para a *Globo*. Ele é quem está presidindo esse inquérito. E no relatório dele para a Corregedoria da Justiça, ele diz que existe prova suficiente de que aconteceram interceptações irregulares durante a investigação. Deu para entender, Deputado Edmar Moreira?

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Obrigado, Deputado Bessa.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, só uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Pois não, Deputado Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Com relação ao Item 3, já houve toda aquela discussão, há um acúmulo de argumentos. Já votada, matéria vencida, faço duas observações: o requerimento do Ministério da Defesa está sob o grau de reservado. Há um outro documento, que veio do Exército, sob o grau de confidencialidade. Então, eu peço a V.Exa. só esse cuidado, porque um documento lista equipamentos adquiridos pela ABIN. Entendo que são da segurança, inclusive, pessoal da Presidência da República. Entendo que não é o caso de divulgação. Não que isso não seja de conhecimento de quem trabalha na área, mas entendo que essa informação em nada irá contribuir para a Comissão. Porém, a auditoria realizada pelo Exército com relação a 15 equipamentos tem informações muito preciosas e contradizem muito o que foi dito em vários depoimentos.

Então, peço que até amanhã, quando nós vamos ter o Diretor-Geral da ABIN, V.Exa. ainda mantenha a reserva nesses documentos, para que se permita um questionamento ao Dr. Wilson e, na seqüência, V.Exa. também avaliar com o Relator se se divulga a relação completa ou só a conclusão da auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - De acordo com V.Exa. Nós não vamos fazer nenhuma ação precipitada nesse sentido. Vamos aguardar, inclusive, o retorno do Relator, para que ele possa examinar antes a documentação e, a partir daí, se for o caso, fazer a divulgação.



Com a palavra o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, é mais para uma informação. Se V.Exa. pudesse me informar, caso já tenha informado para os demais, sobre a solicitação de prorrogação. Qual o entendimento que já houve com o Presidente da Casa? E a segunda é o calendário até o início do recesso. Se V.Exa. com o Relator já têm um calendário, diante de tantos requerimentos aprovados e com tantos depoimentos. Inclusive informar se vai ter recesso ou não. Dependendo do prazo, e se for ter recesso ou não, para a gente poder ter aqui uma noção sobre a agenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Muito boa a pergunta de V.Exa. Eu vou melhor responder a V.Exa. na reunião da semana que vem, quando já estiver de volta o nosso Relator. Temos duas oitivas programadas para amanhã. Na verdade, o que pretendemos fazer agora é a oitiva daqueles que são juristas, para discutir o projeto de lei, e possivelmente já teremos votado e aprovado a prorrogação. Estamos aguardando agora uma manifestação da Presidência — está sendo encaminhado para lá hoje —, para que o Relator tenha o tempo devido e necessário para que, inclusive durante o recesso, embora não de maneira formal, mas informal, possamos contribuir para a preparação dessa documentação, para, ao final, podermos apresentar um relatório com um projeto de lei que realmente regulamente essa questão. Então, peço a V.Exa. paciência para que eu possa lhe dar essa informação na próxima terça-feira, quando aqui estiver o Relator.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, marcando para amanhã, 26 de novembro, às 14h30min, no Plenário 7, reunião para tomada de depoimento dos agentes da Agência Brasileira de Inteligência, Srs. Márcio Seltz e José de Ribamar Reis Guimarães, e para deliberação de requerimentos.

Gostaria de esclarecer a V.Exas. que possivelmente tenhamos que cindir os depoimentos de amanhã e ouvir o Márcio Seltz primeiro e talvez, se for o caso, ouvir o José de Ribamar na quinta-feira, este, por solicitação que me foi encaminhada, de forma reservada, para a preservação desse profissional, que tem várias ações encobertas realizadas na sua profissão. Então, como uma forma de resguardar um servidor público que prestou relevantes serviços ao País.

Está encerrada a presente sessão.